



## Política de formação do pedagogo no Brasil: existência ou ausência Formation politics of the brazilian pedagogue: existence or absence

Helena Machado de Paula Albuquerque\*, Juliana Cristina Barbosa do Amaral\*, Regina Magna Bonifácio de Araujo \*\*,  
Célia Maria Fernandes Nunes\*\*  
\*PUC-SP, \*\*UFOP.

### Resumo

Esta comunicação apresenta os resultados parciais da pesquisa integrada "Configurando o lugar profissional dos egressos do curso de Pedagogia" a qual tem como objetivo geral investigar o perfil profissional dos egressos do Curso, somados aos obtidos em duas anteriores já finalizadas, construídas, estimuladas pela Resolução nº1 de 2006. Os resultados apontam que se tem uma política educacional de formação do Pedagogo Professor e a incerteza da existência de uma política educacional de formação do Pedagogo considerado em sua dimensão de licenciatura e bacharelado.

*Palavras chave:* política educacional, Curso de Pedagogia, Egressos, Pesquisa integrada.

### Abstract

This communication presents the partial results of the integrated research "Configuring the professional place of the graduates of the Pedagogy course", whose general objective is to investigate the professional profile of the graduates of the Course, added to those obtained in two previous ones already constructed, stimulated by Resolution nº1 of 2006. The results point out that there is an educational policy for the formation of the Pedagogical Teacher and the uncertainty of the existence of an educational policy for Pedagogical education considered in its bachelor's and bachelor's degree.

*Keywords:* educational policy, pedagogy course, graduates, integrated research.

### Introdução

Desde 2010 o grupo de pesquisa em Gestão e Políticas Públicas Educacionais, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico-CNPQ, desenvolve pesquisas integradas tendo como foco o curso de Pedagogia, estimulado pela última reforma curricular nacional proposta em 2006. Pretende-se nesta comunicação apresentar os resultados parciais da pesquisa integrada "Configurando o lugar profissional dos egressos do curso de Pedagogia" a qual tem como objetivo geral investigar o perfil profissional do egresso do Curso, somados aos resultados obtidos em duas anteriores já finalizadas, por tratar-se de uma pesquisa em continuidade a outras duas. Na pesquisa atual, tem-se como sujeitos os egressos do curso de Pedagogia dos anos de 2010 a 2014. Adotou-se uma

metodologia com abordagem qualitativa e como instrumentos um questionário on line com trinta e três indagações e reuniões de grupo focal com os egressos interessados, essas reuniões ainda não foram realizadas. Tem como campo uma instituição federal e uma privada confessional, situadas em diferentes estados brasileiros, todas oferecendo o curso em quatro anos e com 3200 horas de aulas.

As pesquisas finalizadas tiveram como campo três instituições, uma municipal, uma federal e uma privada confessional. Utilizou-se uma metodologia com abordagem qualitativa. A primeira "O Significado de Ser Pedagogo para os alunos do novo curso de Pedagogia, licenciatura" teve o objetivo de investigar o novo projeto pedagógico do curso na sua intencionalidade e prática, buscando identificar o significado de ser Pedagogo para os alunos. Foram sujeitos, alunos, professores, coordenadores e gestores do curso. Os procedimentos metodológicos incluíram a análise documental da legislação, dos projetos pedagógicos do curso, seminários de estudos e os sujeitos foram ouvidos por meio de entrevistas e questionários, a participação foi espontânea. A partir dos resultados, o grupo considerou a necessidade de ouvir mais profundamente os alunos e desencadeou uma segunda pesquisa: "Pedagogia na Perspectiva do Aluno: Impactos da Nova Política Educacional para o Curso", com o objetivo de conhecer a motivação dos alunos para se matricularem no curso, suas expectativas, o nível de satisfação, as dificuldades vivenciadas e se incentivariam outros jovens a cursá-lo. Uma amostra dos alunos de todos os anos do curso participou da pesquisa. Essa teve como instrumentos a aplicação de um questionário específico para os anos iniciais com quarenta e quatro indagações e outro para os alunos dos anos finais com cinquenta e seis indagações. Enquanto para os dois primeiros anos perguntaram-se quais eram as suas expectativas, para os dois últimos, se as expectativas tinham sido atendidas. Além deste instrumento foram coletadas narrativas fornecidas espontaneamente por voluntários, uma pequena amostra de sujeitos dos diferentes anos, aos quais foi solicitado que nelas incluíssem fatos relacionados ao objetivo do

projeto. Dados das pesquisas mostram por meio das respostas a falta de articulação, provocada acentuadamente pela norma reguladora, entre bacharelado e licenciatura.

As pesquisas foram fundamentadas na legislação e, entre outros, autores como Saviani (2008), Gimeno Sacristan (1998; 2008), Apple (2006), Lima (2001) e Goodson (1992).

### **Contextualizando a política educacional que deu origem às pesquisas**

No Brasil, o curso de Pedagogia tem sido questionado desde a sua primeira regulamentação em 1939 pelo Decreto-lei nº 1190 (Chaves, 1983).

A partir dos anos oitenta e sucessivamente até hoje, a pedagogia foi atravessada por um feixe de novas emergências, novas exigências e novas fórmulas educativas, novos sujeitos dos processos formativo-educativos e novas orientações político-culturais (Cambi, 1999, p.633).

Desde algumas décadas, com maior ou menor intensidade, dependendo do momento histórico, o curso foi responsável pela formação dos profissionais da Educação Básica, que atuam na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, na supervisão, administração, orientação, planejamento e inspeção educacional, cujo lócus de trabalho é a Educação Básica, alicerce para todo o processo educativo, daí sua importância. O curso passou por várias regulamentações e antes da publicação da LDB nº 9394/96 seguia as normas do Parecer 252/69 e a Resolução CFE nº 2/69, a qual propunha a continuidade do curso em um período de quatro anos, sendo que no último ano, seriam oferecidas cinco habilitações básicas: Disciplinas e atividades práticas dos cursos normais, Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar e outras especializações, conforme o projeto pedagógico das instituições (Chaves, 1983). O modelo, atrelado ao sistema americano, incluía conteúdos do bacharelado e licenciatura. O curso Normal de nível médio formava professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental. No decorrer do tempo foram criadas pelas instituições a habilitação magistério e a habilitação para a Educação Infantil. As críticas foram muitas, pois se desejava uma organização curricular com os conteúdos das diferentes habilitações básicas, no último ano de modo integrado e não fragmentado.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 extinguiu as habilitações, criou uma nova instituição, Instituto Superior de Educação, o qual manteria “cursos formadores para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental” (Art. 63, Inciso I). Esta instituição, todavia, não teve sucesso. Sem alunos, os poucos institutos criados não progrediram. Todos procuravam o curso de Pedagogia. Este foi destinado nesta LDB à formação dos profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção,

supervisão e orientação educacional para a educação básica, os quais também poderiam ser formados “em nível de pós-graduação a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação a base comum nacional” (Art.64). Aos poucos foram sendo extintos os cursos de nível médio e instituições do sistema educacional brasileiro que ofereciam a formação para professores para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Isto conduziria o curso de Pedagogia para esta finalidade e para formar docentes para a Educação de Jovens e Adultos e profissionais para o trabalho em espaços escolares e não escolares (Art. 4º). Foi esta a finalidade assumida na regulamentação dez anos após a LDB nº9394/96 com a Resolução CNE/CP nº1 de 15 de maio de 2006, que consubstanciou as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia, licenciatura.

De início, o Parecer CNE/CP nº 05/2005 desta resolução contrariou frontalmente a LDB nº 9394/96 destinando o curso apenas à formação do licenciado, o que não foi aceito pelo Ministro da Educação e devolvido para a comissão de conselheiros que o elaborou. Foi reexaminado pelo Parecer CNE/CP nº 03/2006 que alterou o artigo 14 da proposta de Resolução, no qual, praticamente repetiram o texto do artigo 64 da LDB dando possibilidade para formação dos profissionais da educação no âmbito do curso de Pedagogia. Porém, a incoerência permaneceu, pois, a emenda não alterou a essência, dando origem a uma proposta de curso sem um perfil objetivo e claro do pedagogo. O contexto social, econômico e político do país influencia a educação, gerando leis e políticas alinhadas aos valores, ideologias e crenças dominantes. No Brasil, desde a década de 1990 observa-se o avanço do projeto neoliberal, parte de um processo internacional mais amplo.

As novas Diretrizes alinhadas à tendência neoliberal, embora não tenham impedido a formação do bacharel, no entanto, privilegiaram a do licenciado e a dificultaram, exigindo um excesso de atributos para tal, rompendo com a finalidade histórica do curso de Pedagogia e com a área epistêmica do pedagogo, a qual exige na sua formação o bacharelado e a licenciatura, dimensões diferentes, mas complementares. Para Saviani (2008) a Pedagogia é a ciência da educação, pois tem em sua totalidade como objeto a educação. Em decorrência, o pedagogo deve ter a formação de um cientista da educação, o que exigiria articulação da licenciatura e bacharelado. Para Apple (2006) e Goodson (2012) o currículo nunca é neutro. Comenta Gimeno Sacristan (2008):

Em qualquer sociedade complexa é inimaginável a ausência de regulações ordenadoras do currículo. Podemos encontrar graus e modalidades diferentes de intervenção, segundo épocas e modelos políticos, que têm diferentes consequências sobre o funcionamento de todo o sistema (p. 108).

O artigo 5º das Diretrizes de 2006 dispõe um excesso de atributos para a formação do licenciado dificultando o equilíbrio com o bacharelado. Por outro lado, além da

incoerência interna da lei previram-se 3200 horas para o curso, mas não a sua duração o que provocou a oferta de cursos aligeirados de três anos e até menos. Esse cenário propiciou o início e o desenvolvimento das duas primeiras investigações.

Uma nova proposta legal surgiu pouco antes do início da última pesquisa. Em 1.º de julho de 2015 foi publicada a Resolução nº 2, a qual definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados em cursos de segunda licenciatura e para formação continuada. Essa resolução, mesmo não especificamente destinada apenas ao curso de Pedagogia lhe provoca implicações. Corrige alguns problemas, estabelecendo 8 semestres ou quatro anos para a duração do curso e mantendo o mínimo de 3200 horas (Art.13). De certa forma, delinea mais objetivamente o perfil do Pedagogo professor e assume que o curso de Pedagogia tem essa finalidade precípua. A referência à formação do gestor no curso não encobre o seu destino preponderante de formação do licenciado para as séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. Amplia as horas de estágio e de Prática de Ensino, indicando com mais clareza que o curso é para formar o professor. Enfatiza a formação continuada o que é importante para o aperfeiçoamento profissional.

Depreende-se que para os profissionais da Educação resta a possibilidade de completar a sua formação em cursos de especialização, em mestrados profissionais para gestores, em mestrados e doutorados acadêmicos.

Conforme Gimeno Sacristán (1998) toda reforma vem afetar uma normalidade, constituindo-se numa tensão entre o existente e o desejado. As Diretrizes propõem a formação de um pedagogo que vai de encontro a concepções cristalizadas, ou seja, antes se formavam os especialistas e hoje se pretende formar um profissional que tem na docência sua base.

### Os resultados da pesquisa

Das pesquisas realizadas, apresentamos apenas alguns dos resultados constantes dos relatórios finais mais alinhados ao objetivo deste artigo.

A análise dos dados da primeira pesquisa foi realizada com base em três categorias: a nova legislação, o projeto pedagógico e o currículo, e o significado de ser pedagogo. Os resultados, constantes do relatório final da pesquisa (2011), apontaram que não existiu uma aplicação mecânica e automática da lei em cada instituição, mas cada uma procurou adequar os respectivos currículos conforme sua cultura, dados da realidade específica e, às vezes, criando normas no intuito de respeitar a norma oficial e suas características institucionais (Lima, 2001). Cada proposta apresentou diferenças oriundas da norma legal, sem incorrer em ilegalidade, o que mostrou que a legislação depende do entendimento de quem a lê (Ball, 2002). Evidenciou, ainda, que a intencionalidade do projeto de duas instituições incluía a formação do professor e do gestor. Uma delas privilegiava apenas a formação do professor, coerente com a prioridade das Diretrizes Curriculares

Nacionais para o curso. Na entrevista, os gestores e coordenadores de curso expressaram a dificuldade do não estabelecimento dos anos de duração do curso. Consideraram confusa a pretensão de formar tanto o licenciado quanto o bacharel e que deveriam, conforme uma gestora, se optar pela formação do professor “o curso tem que encarar isso como um desafio e colocar o foco principal nisso: formar um bom professor”. Para uma coordenadora “As diretrizes curriculares são confusas porque tentaram atender as diversas demandas da área de formação de professores e abandonaram a concepção do pedagogo” (Albuquerque et al., 2011). Para os alunos, ao responderem sobre o que deve ser mudado e o que deve ser mantido no projeto pedagógico, no currículo, no horário do curso, indicaram entre outras respostas: *mais atividades práticas, inclusão de disciplinas na formação do pedagogo para atuar em espaços alternativos; aprofundamento de estudos de educação especial e gestão escolar que devem ser mantidos: curso de 4 anos*. Os dados expressam que se percebem preparados para a docência na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, (Albuquerque, et al., 2011).

Entre os professores, não houve unanimidade quando perguntados se a formação prevista no curso incorporou bacharelado e licenciatura; para a maioria dos respondentes de uma instituição, não houve e nas demais as opiniões foram quase proporcionais.

Os dados obtidos contêm indícios da pouca articulação entre licenciatura e bacharelado.

No relatório final da segunda pesquisa (Albuquerque et al., 2013), entre as respostas ao questionário, os alunos avaliaram positivamente, a formação teórica, estágios obrigatórios, o contato com os colegas e profissionais durante o curso. Consideraram pouco tempo para a formação do gestor. Em uma das instituições, apenas um dos sujeitos se sente preparado para exercer a gestão escolar, o que parece contraditório, pois o curso prepara, conforme o seu projeto; mas a maioria dos alunos não se sente preparada. Semelhante ao resultado da primeira pesquisa mostram segurança para assumir a docência na educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O segundo instrumento utilizado foi a narrativa. Ao trabalhar com narrativas, demos voz aos alunos e aos poucos fomos percebendo o quanto estávamos apreendendo sobre eles e o curso de Pedagogia e vislumbramos a identidade profissional que estava sendo privilegiada na sua formação. Moita (2007) facilitou a compreensão do valor das narrativas como metodologia de pesquisa. Para ela ao narrar vem à tona conhecimentos e experiências marcadas na memória conforme a importância que teve para o sujeito. Sentimentos, conhecimentos, mágoas, alegrias, frustrações vão surgindo espontaneamente. As narrativas evidenciaram a visão positiva do curso, todavia os dados expressaram que apesar da intenção mais alargada de formar professores, gestores e para o trabalho em espaços não escolares prevista no projeto e da permissão da legislação, os alunos estão sentindo segurança apenas quanto à formação para o magistério

na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (Albuquerque *et al.*, 2015).

A atual investigação “Configurando o lugar profissional dos egressos do Curso de Pedagogia” (Albuquerque, Amaral, Araujo e Nunes, 2016) entre as respostas às várias indagações, algumas evidenciaram mais fortemente a finalidade do curso de formar professores, embora nos projetos pedagógicos esteja presente a formação dos profissionais da educação especialmente do gestor. De trezentos e vinte e oito sujeitos, trabalhamos com uma amostra de noventa e três, sendo setenta da instituição federal e vinte e três da privada confessionnal. Quanto ao perfil a maioria é do sexo feminino, apenas um não trabalha e a maioria na área educacional e na docência. Entre as respostas à indagação sobre no que contribuiu o curso de Pedagogia para a prática profissional uma resposta se destaca: *Por enquanto não estou utilizando os conhecimentos do curso, para atuar em área administrativa da educação.* Sub-repticiamente implica em falta de conteúdos curriculares sobre gestão. Ao responderem à pergunta: “A graduação em Pedagogia, para além dos aspectos profissionais contribuiu com seu desempenho em outras áreas? As respostas, em geral, apontam a postura crítica obtida, a perda da timidez, e uma delas ressalta a não preocupação da nova grade curricular com conteúdos importantes relacionados à administração e políticas, aponta que as habilitações são essenciais e termina dizendo: *Além disso, devemos nos focar também no que se refere ao bacharelado em Pedagogia, seria interessante pensar a respeito.* Em resposta à indagação “De que forma podemos melhorar o curso?” a maioria nada apontou a não ser para uma relação mais profunda entre teoria e prática, mas um foi incisivo: *A volta das habilitações.* Outro afirma: *Somente escolheria novamente o curso, caso as habilitações tenham voltado ou o bacharelado do curso.* Ao serem indagados sobre qual função estão exercendo todos indicaram a docência e ao responderem se o curso correspondeu às suas expectativas, entre as respostas está a de que as habilitações eram fundamentais e que deveriam voltar a ser incluídas na grade curricular. A insistência na volta das habilitações foi traduzida por nós como a falta de conteúdos curriculares correspondentes ao bacharelado. A totalidade das respostas a estas duas indagações e às demais citadas reforçaram a percepção da não articulação entre licenciatura e bacharelado (Albuquerque *et al.*, 2016)

Rui Canário (2005), ao falar de reforma e inovação afirma que [...] “as reformas impostas ‘de cima’ produzem mudanças formais, mas, raramente, transformações profundas, duráveis e conformes com as expectativas dos reformadores” (Canário, 2005, p.93).

Muitas vezes, um projeto de reforma em suas intenções de melhoria é claro para os propositores, que, em geral, julgam que essas irão ocorrer, porém, tanto podem melhorar, quanto piorar, afirma Gimeno Sacristan (1998).

### Considerações finais

Os dados das pesquisas expressam certo desequilíbrio na articulação entre licenciatura e bacharelado. Foi compreensível o direcionamento político do curso de Pedagogia para a formação do professor, todavia a complexidade da escola, exige docentes bem formados, mas não se pode abster dos profissionais que coordenam o processo organizativo criando um clima favorável ao trabalho educacional, estimulando o diálogo, o trabalho coletivo e compartilhado, supervisionando a aplicação dos recursos financeiros, estimulando e ajudando a construção, execução e avaliação contínua do projeto político pedagógico da escola, sabendo e ajudando a interpretar para a escola os resultados de avaliações do ensino, institucional, externas, favorecendo a articulação da escola com os órgãos do sistema de ensino, entre inúmeras tarefas exigidas pelo cotidiano do trabalho para garantir o desenvolvimento com qualidade do processo educativo da instituição. O desempenho dessas ações exige a formação de gestores educadores que se afastem do que Ball (2005) denomina “termos- chave”: performatividade e gerencialismo. Performatividade, para ele, é “uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança” (p. 543). A qualidade do trabalho escolar depende do desempenho dos indivíduos e das organizações, ou seja, da performatividade. Gerencialismo é uma nova forma de poder. Este gerencialismo tem o “papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas provocando suas substituições por sistemas competitivos empresariais” (p. 544). O gestor transforma-se em gerente, o que “envolve incutir uma atitude e uma cultura nas quais os trabalhadores se sentem responsáveis e, ao mesmo tempo, de certa forma pessoalmente investidos da responsabilidade pelo bem estar da organização” (p. 545).

No curso de Pedagogia tem-se conseguido trabalhar os conteúdos para uma boa gestão da sala de aula e apenas em linhas gerais os conteúdos da gestão da escola e do sistema de ensino, o que conduz à percepção de que existe no Brasil uma política de formação do pedagogo professor, contudo não há do pedagogo na sua totalidade, considerando as dimensões de licenciatura e bacharelado.

### Referências

- Albuquerque, H. M. P.; Haas, C. M. & Araujo, R. M. B. (2011). Relatório Final De Pesquisa: O Significado de ser Pedagogo para os alunos do novo curso de Pedagogia, licenciatura. São Paulo: PUC/SP.
- Albuquerque, H. M. P., Haas, C. M., & Araújo, R. M. B. (2015) Relatório Final De Pesquisa: Pedagogia na Perspectiva do Aluno: impacto da nova política educacional sobre o curso”, São Paulo: PUC/SP.
- Albuquerque, H.M.P., Juliana C.B.A., Araújo, R M. B. & Nunes C.M.F. (2016). Projeto de pesquisa *Configurando o lugar profissional dos egressos do Curso de Pedagogia.* São Paulo: PUC/SP.

- Apple, Michael W. (2006) *Ideologia e Currículo*. Tradução de Vinicius Figueira. 3ª edição. Porto Alegre: ARTMED.
- Ball, S. J. (2002). Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, 15 (2), p. 3-23.
- Ball, S. J. (2005). Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-561, set./dez. 2005.
- Cambi, F. (1999). *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Chaves, Eduardo O. C. (1983). O curso de pedagogia. *Cadernos Cedes*, Ano I- 2. 2ª Reimpressão. São Paulo: Cortez.
- Gimeno Sacristan, J. (1998). Reformas Educativas y Reforma del Currículo: Anotaciones a Partir de la Experiencia Española. In Warde, Mirian Jorge (org.) *II Seminário Internacional Novas Políticas Educacionais: Críticas e Perspectivas*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados EHPS.
- Gimeno Sacristan, J. (2008). *O Currículo Uma Reflexão Sobre a Prática*. 3ª ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ARTMED.
- Goodson, I. F. (1992). Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: Nóvoa, A. (Org.). *Vidas de professores*. Portugal: Porto, p. 63-78.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Recuperado em 13 de junho de 2017 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394/)
- Lima, L. C. (2001). *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez.
- Moita, M. C. (2007). Percursos de formação e de transformação. In Nóvoa, A. (Org.). *Vida de Professores*. Porto (PT) : Porto Editora.
- Parecer CNE nº 5/2005 de 13 de dezembro de 2005* (2005). Reexaminado pelo Parecer CNE/CP nº 3/2006. Brasília, 2005. Recuperado em 13 de junho de 2017 de [https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf)
- Parecer CNE/CP nº 3/2006 de 21 de fevereiro de 2006* (2006). Reexame do Parecer CNE/CP nº5 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília. 2006. Recuperado no dia 13 de junho de 2017 de [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003\\_06.pdf](portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf).
- Resolução CNE nº1, de 15 de maio de 2006* (2006). Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília.1996. Recuperado em 13 de junho de 2017 de [https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)
- Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015* (2015). Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a aprovação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada. Brasília, 2015. Recuperado em 13 de junho de 2017 de
- [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res\\_cne\\_cp\\_02\\_03072015.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf).
- Saviani, D. (2008). *A Pedagogia no Brasil- História e Teoria*. Campinas: Autores Associados.